

PROCURADORIA - GERAL
DO MUNICÍPIO**Processo: 2.711/2026****Requerente: VERLUMA COMÉRCIO LTDA****Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.143/2025**

Ao Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos,

I - RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa VERLUMA COMÉRCIO LTDA. em face da decisão que classificou a licitante PRECISO EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA no lote 06 do Pregão Eletrônico nº 90.143/2025, que teve por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliário escolar, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, para atender a Secretaria de Educação do Município de Nova Friburgo, pelo período de 01 (um) ano.

Em suma, a requerente alega em sua peça de impugnação (fls. 2/17) que a recorrida não atendeu às exigências de qualificação técnica previstas no item 19 do edital de licitação,

PROCURADORIA - GERAL
DO MUNICÍPIO

notadamente pela ausência de atestado de capacidade técnica compatível com o objeto licitado.

Além disso, alega irregularidade na documentação de qualificação econômico-financeira.

A Comissão de Pregão III, em manifestação de fls. 18/23, informa que a empresa recorrida apresentou devidamente atestado por meio do SICAF, comprovando o atendimento à exigência editalícia de qualificação técnica.

Quanto à qualificação econômico-financeira, informa que a certidão apresentada está em conformidade com os ditames do edital.

É o relatório. Passa-se à ediva análise.

II - DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que o recurso apresentado é tempestivo, em conformidade com a manifestação da Comissão Permanente de Pregão III, que recebeu o presente recurso.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 165 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA - GERAL
DO MUNICÍPIO



e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

[...]

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo **será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua**

Assinado digitalmente. Acesse: <https://gpi18.cloud.ei.com.br/Server/Exec/acessoBase/?idPorta=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: d3005413-54da-49c8-a3b5-1d16f75a6071 Parecer Jurídico Nº 000034/2026

PROCURADORIA - GERAL
DO MUNICÍPIO

decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.”
(sem grifos no original)

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro).

Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

Assim, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a **Secretaria Municipal de Educação**, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 22.5 do edital assim dispõe:

PROCURADORIA - GERAL
DO MUNICÍPIO

“22.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.”.

No caso em exame, conforme narrado no relatório, verifica-se que o Pregoeiro recebeu o recurso, eis que preenchidos os requisitos de admissibilidade, encaminhando os autos à Secretaria Municipal de Educação para pronunciamento de ordem técnica.

Por certo, o presente parecer abordará tão somente as questões eminentemente jurídicas, dentro das atribuições inerentes a esta Procuradoria-Geral do Município, considerando que já há manifestação da pasta competente acerca da viabilidade do produto licitado.

Assim, passa-se à análise da questão documental posta em discussão no presente recurso.

III - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Alega a recorrente que a recorrida não teria cumprido os requisitos da qualificação técnica exigida no edital de licitação, ao não apresentar licença sanitária adequada.

Acerca da qualificação técnica, a Lei n. 14.133/2021 assim dispõe em seu art. 67:

Art. 67. A documentação relativa à **qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:**

- I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
- II - **certidões ou atestados**, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, **que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional**



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



**PROCURADORIA - G E R A L
D O M U N I C Í P I O**



equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

[...]

Por sua vez, vejamos o que o edital de licitação dispôs acerca dos requisitos de qualificação técnica:

19. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

19.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou

PROCURADORIA - GERAL
DO MUNICÍPIO

atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

19.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

19.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

19.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

19.2.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

A qualificação técnica tem por escopo aferir a capacidade para a execução do objeto licitado. Limita-se, portanto, àquelas exigências estabelecidas, admitindo-se eleger, dentro daquele rol, o quanto necessário, mantendo uma relação de proporcionalidade com o objeto pretendido, levadas em consideração as características semelhantes ou similares em complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Abrange tanto a comprovação de capacidade técnico-profissional, relacionada à aptidão dos profissionais que integram o quadro da empresa, demonstrada através de atestado de responsabilidade técnica, quanto a técnico-operacional, que diz respeito à capacidade da empresa na execução de objetos similares, aferida mediante certidões, atestados ou documento de avaliação emitido em face de sua atuação na execução de outros ajustes.

Tais exigências são obrigatórias nas contratações de obras e serviços de engenharia, e nos demais casos, substituíveis por provas alternativas que permitam aferir que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática, conforme estabelecido no § 3º do art. 67.

In casu, o objeto do certame é o “REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR, ELETRODOMÉSTICOS E

PROCURADORIA - GERAL
DO MUNICÍPIO

ELETROELETRÔNICOS, para atender a Secretaria de Educação do Município de Nova Friburgo, pelo período de 01 (um) ano”.

Conforme demonstrado anteriormente, entre os requisitos de qualificação técnica exigidos, encontra-se a apresentação de *“comprovação de aptidão para fornecimento de bens similares por meio de atestados ou certidões emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.”* (subitem 19.1).

A empresa recorrida apresentou atestado por meio do SICAF, juntado pela Comissão de Pregão III à fl. 20.

Dessa forma, o órgão competente informa que “resta comprovado o atendimento à exigência editalícia de qualificação técnica, não havendo violação ao item 19 do edital nem ao art. 67 da Lei nº 14.133/2021.”

Com efeito, vale ressaltar que tratando-se de requisito de habilitação, aplica-se aos documentos de qualificação técnica também o comando do art. 64 da Lei n. 14.133/2021, devendo ser analisada pelo pregoeiro a necessidade de realização de diligência.

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica,



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA - GERAL
DO MUNICÍPIO



mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Considerando se tratar de qualificação técnica, cabe ao pregoeiro e à secretaria requerente proceder com a verificação do cumprimento dos requisitos, cuja análise foge à expertise desta assessoria jurídica.

II.II - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Sobre a qualificação econômico-financeira, dispõe o art. 69 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - **balanço patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - **certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

§ 2º Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

§ 6º Os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

PROCURADORIA - GERAL
DO MUNICÍPIO

Por sua vez, assim dispõe o art. 70:

Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:

I - apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

II - **substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública**, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

III - **dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).**

Parágrafo único. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

Da mesma forma dispôs a IN 73/2022:

Art. 36. Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º **A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, desde que previsto no edital de licitação, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf ou em sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, quando a licitação for realizada por esses entes federativos.**

§ 2º **A documentação de habilitação de que trata o caput poderá ser dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de que trata o inciso III do art. 70 da Lei nº 14.133, de 2021, ressalvado inciso XXXIII do caput do art. 7º e o § 3º do art. 195 da Constituição Federal.**

Observa-se, ainda, que a documentação relativa à habilitação pode ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

No caso dos autos, a qualificação econômico-financeira veio disposta no item 18 do edital de licitação. Mais especificamente, o subitem 18.2 determina que a licitante deve apresentar “**Certidão negativa de falência**, expedida pelo distribuidor **da sede do**

PROCURADORIA - GERAL
DO MUNICÍPIO

fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade”.

A recorrida apresentou o documento constante à fl. 21, que apresenta informação referente à necessidade de sua complementação.

Ocorre que, segundo a Comissão de Pregão III, tal ressalva não invalida a certidão, tampouco retira sua eficácia para fins de habilitação, pois “o edital exige certidão negativa de falência, não exigindo expressamente a apresentação cumulativa de certidões de turmas recursais ou de todos os sistemas judiciais existentes”.

Ademais, aplica-se aos documentos de qualificação econômico-financeira também o comando do art. 64 da Lei n. 14.133/2021, devendo ser analisada pelo pregoeiro a necessidade de realização de diligência.

Considerando se tratar de qualificação técnica, cabe ao pregoeiro e à secretaria requerente proceder com a verificação do cumprimento dos requisitos, cuja análise foge à expertise desta assessoria jurídica.

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão III** para ciência do presente parecer, devendo ser observados os apontamentos elencados nos tópicos anteriores, aos quais remete à leitura para análise e verificação a fim de balizar a sua decisão.

Ressalte-se que o exame desta assessoria não comporta análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos

PROCURADORIA - GERAL
DO MUNICÍPIO

jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, cuja atribuição é do administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 29 janeiro de 2026.

Paola Wermelinger Câmara

Analista Processual I

Subprocuradoria de Licitações e Contratos

Matrícula: 300.626

Assinado por BRUNO MOZER DE AZEVEDO 098.***.***-**
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
29/01/2026 13:38:39
Subprocurador de Processos Administrativos

Assinado digitalmente. Acesse: <https://gpi18.cloud.ei.com.br/Server?xec/acessoBase/?idPorta=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: d3005413-54da-49c8-a3b5-1d16775a6071
Parecer Jurídico Nº 000034/2026